ANEXO

REGIMENTO INTERNO CONSELHO ESTADUAL DE DIREITOS ANIMAIS CEDA

CAPÍTULO I

Da Instituição

Art. 1º O presente Regimento Interno dispõe sobre a organização, funcionamento e atribuições do Conselho Estadual de Direitos Animais, doravante denominado CEDA, conforme Decreto nº 2990 de 09 de outubro de 2019.

CAPÍTULO II

Da Definição e Objetivos

Art. 2º O Conselho Estadual dos Direitos Animais – CEDA é órgão colegiado de caráter permanente, consultivo e deliberativo, com sede na Capital do Estado, nos termos do Decreto nº 2990 de 09 de outubro de 2019.

Art. 3º O CEDA tem por finalidade subsidiar e assessorar tecnicamente as Secretarias de Estado na regulamentação e execução das ações previstas na Política Estadual de Direitos Animais, estabelecer normas para a defesa dos Direitos Animais no Estado do Paraná, assim como atender demandas da sociedade em temas relacionados.

CAPÍTULO III

Da Composição

Art. 4º O Plenário, instância decisória do CEDA, tem sua composição nos termos do Art. 9º. do Decreto nº 2990 de 09 de outubro de 2019.

CAPÍTULO IV

Das Atribuições

SEÇÃO I

Dos Conselheiros

Art. 5º Aos Conselheiros compete:

- I - comparecer às reuniões para as quais forem convocados;
- II - acompanhar os assuntos encaminhados à apreciação do CEDA;
- III - opinar sobre normas e atos relativos ao funcionamento do CEDA;
- IV - integrar Câmaras Temáticas ou grupos de trabalho;

V - deliberar sobre a administração de recursos financeiros eventualmente destinados à execução das atividades do CEDA;

VI - apresentar relatórios e pareceres, nos prazos fixados;

VII - assinar obrigatoriamente a lista de presença das reuniões plenárias ordinárias e extraordinárias, bem como de reuniões de Câmaras Temáticas e de Grupos de Trabalho;

VIII - manter seus cadastros perante o CEDA permanentemente atualizados, em especial endereços eletrônico e de correspondência;

IX - observar em suas manifestações as regras básicas da convivência e do decoro;

X – zelar pela observância deste Regimento.

Art. 6º Perderá a titularidade o conselheiro que faltar a 2 (duas) reuniões seguidas, sem justificativa, no período de 12 (doze) meses.

§1º. Para os fins disciplinados neste artigo, o termo reunião abrange: Plenárias ordinárias ou extraordinárias, reuniões das Câmaras Temáticas e reuniões de Grupos de Trabalho.

§2º. A instituição participante do CEDA, cujo titular venha a perder seu cargo em razão dos dispositivos previstos neste regimento, passará a ter como titular interino o conselheiro suplente, devendo indicar mediante ofício novos representantes no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis a contar da data da comunicação do desligamento do conselheiro titular.

§3º Sempre que houver alteração da pessoa nomeada pelo órgão ou entidade detentora de cadeira no CEDA, a substituição deverá ser anunciada oficialmente na Plenária subsequente, seja ordinária ou extraordinária.

§ 4º. A entidades do terceiro setor que deixe de enviar representante conforme *caput*, perderá assento no CEDA, sendo substituída por outra que tenha manifestado interesse conforme inciso II, §3º do art. 9º do Decreto 2990/2019.

Art. 7º São direitos dos conselheiros:

I - fazer uso da palavra em qualquer reunião do CEDA;

II - fazer consignar sua opinião em qualquer memória ou registro do CEDA, quando solicitado;

III - requerer informações, providências e esclarecimentos;

IV- propor temas e assuntos para discussão e deliberação;

V - enviar documentos para subsidiar as discussões da Plenária ou de qualquer Câmara Temática ou Grupo de Trabalho;

VI - solicitar a verificação de quórum;

VII - fazer pedido de vista, devidamente justificado, após a discussão do assunto em pauta, devendo apresentar seu parecer por escrito até a reunião ordinária subsequente para apreciação e votação; quando mais de um Conselheiro pedir vistas, haverá tantos pareceres quantos forem os pedidos de vistas;

VIII - propor questão de ordem nas reuniões.

Parágrafo único – entende-se por questão de ordem qualquer situação em que o presente Regimento Interno não seja cumprido ou em que a discussão se desvie do assunto em pauta.

Art. 8º Poderá ser emitida declaração de participação nas reuniões e atividades do CEDA, inclusive para obter abono das faltas ao trabalho, ao conselheiro que requerer.

SEÇÃO II

Do Plenário

Art. 9º O Plenário é a instância decisória do CEDA, cabendo a ele discutir e deliberar sobre os assuntos concernentes aos Direitos Animais.

Art. 10 As reuniões do Plenário acontecerão em primeira convocação com quórum de 50% mais um, e em segunda convocação, passados 30 (trinta) minutos, sem quórum mínimo.

SEÇÃO III

Das Câmaras Temáticas

Art. 11 As Câmaras Temáticas são instâncias encarregadas de analisar matérias de sua competência e apresentar relatório ou proposta de encaminhamento para deliberação pelo Plenário.

Art. 12 Os membros das Câmaras Temáticas terão mandato de 02 (dois) anos, sendo permitida a renovação.

Art. 13 Cada Câmara Temática será conduzida por um coordenador, e terá um relator, ambos eleitos na sua primeira reunião ordinária da gestão.

§ 1º Compete ao Coordenador apresentar o parecer para deliberação do Plenário.

§ 2º Compete ao relator secretariar as reuniões da CT.

Art. 14 Às Câmaras Temáticas compete:

I - propor à Secretaria Executiva itens para a pauta de reuniões do Plenário;

II - discutir, elaborar e encaminhar ao Plenário propostas de diretrizes para a defesa dos Direitos Animais;

III - emitir pareceres sobre consulta que lhe for encaminhada pela Secretaria Executiva;

IV - submeter à aprovação do Plenário os seus relatórios;

V - convidar para participação em suas reuniões pessoas de notório saber;

VI - propor a criação de Grupos de Trabalho.

SEÇÃO IV

Dos Grupos de Trabalho

Art. 15 Os Grupos de Trabalho serão criados por meio de Resolução, a partir de proposição de uma Câmara Temática.

§ 1º Terão duração de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, mediante solicitação e justificativa de seu coordenador à respectiva Câmara Temática.

§ 2º Serão compostos por instituições e/ou especialistas indicados pela CT de origem.

§ 3º Os participantes do Grupo de Trabalho estabelecerão, em sua primeira reunião, o cronograma de trabalho e a data de encerramento das atividades.

§4º Demais interessados poderão participar dos Grupos de Trabalho na qualidade de observadores, tendo direito a voz.

Art. 16 O coordenador do Grupo de Trabalho responde pela sua instalação e operação.

§1º Na reunião de instalação, o coordenador indicará um relator, preferencialmente dentre os conselheiros do CEDA, comunicando à Secretaria Executiva.

§2º O coordenador procurará estabelecer o consenso entre os participantes.

§3º Os pontos polêmicos e divergentes deverão ser apontados com exatidão e acompanhados de suas justificativas.

Art. 17 Os Grupos de Trabalho não tem função deliberativa e o seu relatório final será encaminhado para a Câmara Temática correspondente, que fará a apresentação do mesmo ao Plenário para deliberação.

SEÇÃO V

Do Presidente e Vice-Presidente

Art. 18 Ao Presidente do CEDA compete:

I - convocar e presidir as reuniões do Plenário, mediante a operacionalização do rito por parte da Secretaria Executiva;

II - dirigir os trabalhos, ou suspendê-los, justificadamente, se necessário;

III - ordenar o uso da palavra, bem como, de forma justificada, conceder, negar e suspender a palavra ou limitar a duração das intervenções;

IV - submeter à votação as matérias a serem deliberadas pelo Plenário;

- V - exercer o direito de voto apenas para decidir sobre empate nas votações;
- VI - assinar e mandar publicar as deliberações do Conselho e atos relativos ao seu cumprimento, as memórias aprovadas nas reuniões e demais expedientes do Conselho;
- VII - delegar competências à Secretaria Executiva;
- VIII - decidir, "*ad referendum*" do Conselho, matérias ou assuntos por ele consideradas de urgência, vigorando tal decisão até deliberação do Plenário em reunião extraordinária especialmente convocada para este fim, em prazo não superior a 30 (trinta) dias;
- IX - representar legal e oficialmente o CEDA, vedado o uso do nome do Conselho ou dos conselheiros de forma divergente ao que for deliberado em cada caso;
- X - zelar pelo cumprimento das disposições deste Regimento Interno.

Art. 19 Compete ao Vice-Presidente substituir o Presidente em suas ausências.

SEÇÃO VI

Da Secretaria Executiva

Art. 20 A Secretaria Executiva do CEDA compete:

- I - planejar, organizar e coordenar as atividades técnicas e administrativas;
- II - assessorar na condução das reuniões do conselho, especialmente no cumprimento e obediência ao rito das reuniões plenárias;
- III - assessorar e prestar informações e esclarecimentos ao presidente e aos conselheiros;
- IV - organizar e manter arquivo da documentação relativa às atividades do conselho;
- V - propor e acompanhar o calendário e a agenda das reuniões das Câmaras Temáticas e dos Grupos de Trabalho;
- VI - convocar as reuniões das Câmaras Temáticas e dos Grupos de Trabalho, por solicitação de seus coordenadores;
- VII - promover a divulgação dos atos do Conselho;
- VIII - receber toda a correspondência dirigida ao Conselho, submetendo-a ao Plenário;
- IX - submeter à apreciação do Plenário ou das Câmaras Temáticas propostas de matérias de competência do Conselho, que lhes forem encaminhadas;
- X - manter atualizados os dados e as informações do CEDA no site da SEDEST;

XI - cumprir e fazer cumprir as atribuições constantes deste Regimento Interno e os encargos que lhe forem atribuídos pelo conselho, com especial observância dos prazos;

XII - receber a documentação das Organizações da Sociedade Civil para fins de cadastro no Programa Nota Paraná;

XIII - zelar pelo cumprimento e operacionalização dos ritos nas reuniões;

XIV - representar o presidente ou vice-presidente na ausência dos mesmos.

CAPÍTULO V

Do Funcionamento

Art. 21 As deliberações do CEDA serão consubstanciadas em Resoluções, redigidas e aprovadas durante a Plenária, e assinadas pelo Presidente, após revisão jurídica.

Art. 22 O CEDA tomará as suas decisões nas reuniões Plenárias, ordinárias ou extraordinárias, mediante votação, nos termos deste regimento.

§ 1º As reuniões plenárias deverão ser convocadas com 10 (dez) dias de antecedência, sendo que a pauta e todos os documentos a serem discutidos devem ser encaminhados com a convocação.

§ 2º As reuniões extraordinárias tratarão exclusivamente da matéria que justificar a sua convocação.

§ 3º Após segunda chamada serão consideradas faltosas as instituições que não apresentaram justificativa para sua ausência.

Art. 23 Os pedidos de pauta, por parte dos conselheiros, deverão ser encaminhados à Secretaria Executiva até 20 (vinte) dias antes da realização das reuniões plenárias.

Art. 24 É recomendada a presença, nas reuniões do CEDA, do Conselheiro titular, bem como de seu suplente.

Parágrafo Único - Em caso da presença dos 02 (dois) conselheiros, ambos terão direito a voz, cabendo ao titular o direito a voto.

Art. 25 As reuniões do CEDA serão abertas à participação de quaisquer entidades ou pessoas interessadas, que dela participarão como observadoras.

Art. 26 Fica assegurado, a cada membro do CEDA, o direito de se manifestar sobre o tema em discussão; contudo, uma vez que o tema seja encaminhado para votação, não caberá nova discussão em seu mérito.

CAPÍTULO VI

Das Disposições Gerais

Art. 27 Fica expressamente proibida a vinculação político-partidária nas atividades do CEDA.

Art. 28 Nenhum membro poderá manifestar-se em nome do CEDA sem prévia e expressa autorização da secretaria executiva.

Art. 29 O presente Regimento Interno poderá ser alterado no todo ou em parte, em reunião plenária extraordinária, convocada para este fim específico.

Art. 30 Os casos omissos nesse Regimento Interno serão resolvidos pelo Plenário e, em havendo urgência, pelo Presidente, na forma do inciso VIII do Art. 18.